

UMA RELEITURA HISTÓRICA DO JORNALISMO DE COMPROMISSO POLÍTICO DE JOSÉ SARAMAGO

A HISTORICAL RE-READING OF THE JOURNALISM OF POLITICAL COMMITMENT IN JOSÉ SARAMAGO

UNA RELEITURA HISTÓRICA DEL PERIODISMO DE COMPROMISO POLÍTICO DE JOSÉ SARAMAGO

282



João Figueira

■ Professor Auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em cujo Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação, leciona e orienta investigações nos domínios do Jornalismo e da Comunicação. É o diretor do Mestrado em Jornalismo e Comunicação e investigador integrado do CEIS20 (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX). É autor de várias obras, capítulos de livros e artigos sobre os campos da Comunicação e do Jornalismo. Antes de se dedicar, em 2006, exclusivamente à carreira académica, foi jornalista durante cerca de duas décadas, a maioria dos quais ao serviço do Diário de Notícias. Durante esse período foi distinguido com vários prémios de jornalismo.

■ E-mail: jotajotafigueira@gmail.com

RESUMO

Antes de se dedicar exclusivamente à ficção, José Saramago foi diretor-adjunto do principal diário português — *Diário de Notícias* — entre abril e novembro de 1975. Portugal e o jornalismo viveram, durante esses meses, o período político mais agitado e polêmico dos últimos 45 anos. Quando entrou para a direção do *DN*, Saramago prometeu que o jornal iria estar ao serviço da Revolução. O jornalismo de compromisso político que praticou foi, no entanto, mais ideológico que partidário. Nesta releitura histórica procuramos ainda mostrar que, contrariando a visão dominante, Saramago não era, como jornalista, o militante obediente ao serviço do Partido Comunista, cuja cúpula não apreciava algumas das suas posições e opções.

PALAVRAS-CHAVE: SARAMAGO, JORNALISMO, REVOLUÇÃO, IMPRENSA, PORTUGAL.

ABSTRACT

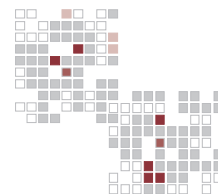
Before dedicating himself exclusively to fiction, José Saramago was deputy director of the main Portuguese newspaper - *Diário de Notícias* - between April and November 1975. During these months, Portugal and the journalism lived the most agitated and controversial political period of the last 45 years. When he came to *DN* direction, Saramago promised that the newspaper would be at the service of the Revolution. The political commitment journalism he practiced was, however, more ideological than partisan. In this historical re-reading we also try to focus that, contrary to the dominant view, Saramago was not, as a journalist, the militant obedient to the Communist Party, whose central committee did not appreciate some of its positions and options.

KEYWORDS: SARAMAGO, JOURNALISM, REVOLUTION, PRESS, PORTUGAL.

RESUMEN

Antes de dedicarse exclusivamente a la ficción, José Saramago fue director adjunto del diario líder portugués - *Diário de Notícias* - entre abril y noviembre de 1975. Portugal y el periodismo vivieron durante esos meses, el período político más agitado y controvertido de los últimos 45 años. Cuando entró a la dirección del *DN*, Saramago prometió que el periódico iba a estar al servicio de la Revolución. El periodismo de compromiso político que practicó fue, sin embargo, más ideológico que partidista. En esta relectura histórica buscamos también mostrar que, contrariando la visión dominante, Saramago no era, como periodista, el militante obediente al servicio del Partido Comunista, cuya cúpula no apreciaba algunas de sus posiciones y opciones.

PALABRAS CLAVE: SARAMAGO, PERIODISMO, REVOLUCIÓN, PRENSA, PORTUGAL



INTRODUÇÃO

No momento em que tomou posse do cargo de diretor-adjunto do *Diário de Notícias*, a 9 de abril de 1975, José Saramago proclamou: “o *DN* vai ser um instrumento nas mãos do povo português, para a construção do socialismo” (*DN*, 10 abril 1975, p. 2). E para que não restasse a mínima dúvida acerca do rumo do jornal e da sua inflexível linha editorial, explicitou:

pessoalmente quero servir a construção do socialismo, pelo que o posicionamento do DN vai ser coincidente com a linha já adotada pelo Conselho Superior da Revolução¹ e, ontem mesmo, reafirmado como ideal pelo Primeiro Ministro. Quem não estiver empenhado neste projeto é melhor abandonar o Diário de Notícias (DN, 10 abril 1975, p. 2).

Mais de 40 anos depois dessa data, que antecedeu uma das fases mais agitadas e polémicas — na imprensa e em Portugal, nas últimas quatro décadas, chamado “Verão Quente”² —, que entendimento podemos fazer do jornalismo de compromisso político assumido por José Saramago? Que linhas de inteligibilidade, podemos hoje suscitar na revisitação a um período conturbado da história do país e à forma *engagée* de fazer jornalismo? (Gomes, 2014; Correia, 2008; Maxwell, 1999; Pimlott, & Seaton, 1979). Até onde a “história dos vencedores”, na expressão que Marc Ferro (1994, p.296) atribui à versão que toda a história institucional constrói e veicula, tem predominado nas análises realizadas sobre o trabalho jornalístico

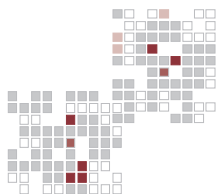
1 Orgão criado pela Lei 5/75 de 14 de março, que passa a ter poderes constitucionais e substitui o Conselho de Estado, entretanto extinto.

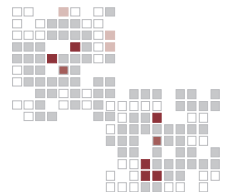
2 Período compreendido entre os dias 13 de julho e 19 de setembro de 1975. A primeira data (três dias depois de o PS ter abandonado o IV Governo Provisório) marca a famigerada “queima dos jornais”, na vila de Rio Maior, e o início de um conjunto de ações violentas, como ataques e incêndios a sedes de partidos de esquerda. A segunda data assinala a tomada de posse do VI Governo Provisório e a saída de Vasco Gonçalves de funções governativas.

de Saramago (Lemos, 2006; Cádima, 2001), mitigando os contextos em que ele foi produzido e ignorando as práticas profissionais de outros jornais, igualmente comprometidos politicamente? (Figueira, 2012; Sousa, 2000; Mesquita, 1994a). Poderiam o jornalismo e os jornalistas ficar à margem das múltiplas dinâmicas sociais e das lutas políticas e partidárias que, à época, diariamente se travavam e que tinham na imprensa um dos seus palcos de eleição? (Figueira, 2014; Gomes, 2014; Pinto, 2013; Sousa, 2003; Maxwell, 1999; Seaton, & Pimlott, 1983). Que reflexões novas nos pode oferecer uma releitura sobre o jornalismo realizado por José Saramago — agora que “o mito da falta de distanciamento em relação ao período se ir progressivamente dissipando” (Rezola, & Gomes, 2014, p.7) — durante os sete meses em que transportou para a orientação editorial do jornal a luta de classes daquele período revolucionário? A instrumentalização política e ideológica da mídia terminou com o 25 de novembro e a derrota das forças mais à esquerda? Por último, mas não menos relevante, importa saber se o Saramago jornalista se diluiu no obediente militante comunista e, ainda, como o PCP, na perspetiva do comité central e do seu líder, Álvaro Cunhal, olhavam para a ação dele.

Para tal, apoiaremos o presente artigo em bibliografia de referência, em declarações públicas de José Saramago, nos seus editoriais publicados na 1ª página do jornal, sob a designação de “Apostamentos”, e na análise comparativa em termos quantitativos e qualitativos das notícias publicadas no *DN* e no jornal *Expresso* (semanário de centro-direita) entre julho e setembro de 1975³, durante o referido “Verão Quente”, ponto mais alto e agudo da luta político-partidária pós-25 de abril.

3 No âmbito da presente “releitura histórica” serão utilizados os dados quantitativos e qualitativos realizado por nós, no âmbito de uma obra que analisou o papel dos jornais como atores políticos, durante aquele mesmo período (Figueira, 2007).





1. Contextos agitados na política e na imprensa

O contexto sócio-político em que Portugal vivia após quase cinco décadas de ditadura tinha na imprensa um dos espaços mais visíveis das intensas lutas ideológicas e partidárias (Gomes, 2014; Sousa, 2003; Seaton, & Pimlott, 1983). Mais ainda, após as nacionalizações de março de 1975 com o sequente reforço de influência do Partido Comunista Português (doravante designado PCP) e do MFA⁴, e a perda de preponderância governativa do Partido Socialista (Santos, 2005). Todos estes aspetos agudizaram o combate político e aceleraram a bipolarização partidária, com consequências em todos os sectores da vida do país (Pinto, 2013; Santos *et al.*, 1997). O jornalismo, fruto dessa crescente crispação social, foi uma arma empunhada pelos diversos quadrantes e, nessa medida, foi também um ator e um instrumento da ação política (Correia, 2008; Maxwell, 1999; Mesquita, 1994; Pimlott, & Seaton, 1979).

A informação funcionava, aliás, como uma arma ideológica “servida em bruto, mal digerida, tal como saía dos palácios governamentais, das sedes partidárias ou dos quartéis mais influenciados pelas doutrinas políticas” (Mesquita, 1994, p. 363). Como consequência de todo esse desassossego, Portugal vai assistir, no espaço de ano e meio à tomada de posse de seis governos, à fuga para o estrangeiro do general Spínola — que fora o primeiro Presidente da República após 25 de abril — e à inusitada greve de oito dias decretada pelo governo⁵, depois de um cerco de 48 horas ao Parlamento e de os próprios deputados à Constituinte⁶ terem estado sequestrados no in-

terior da Assembleia da República (Santos *et al.*, 1997). É este quotidiano agitado, esta revolução “verbalista e teatral”, como 20 anos mais tarde lhe chamou o jornalista do *Le Monde*, Dominique Pouchin (1994, p.181), que tanto preocupa, lá longe, o senador norte-americano, James Buckley, para quem “não há nada a acontecer no mundo — nem no sudoeste asiático, nem mesmo no Médio Oriente — que tenha metade da importância e seja mais ameaçador que o avanço comunista para o poder em Portugal” (Maxwell, 1999, p.128).

Esse avanço ganhara especial visibilidade após o golpe militar fracassado de 11 de março⁷, de que resultou um reforço das forças mais à esquerda do espectro político. É neste contexto que o *Diário de Notícias* é nacionalizado⁸, no âmbito de um amplo processo político que teve por objetivo colocar sob a alçada e controle do estado os principais sectores de atividade económica do país, nomeadamente as instituições de crédito, excetuando as de capital estrangeiro. Como o *DN* pertencia à Empresa Nacional de Publicidade, propriedade da Companhia Portugal e Colónias, mas cujo capital era maioritariamente detido pela Caixa Geral de Depósitos, foi, por arrastamento, nacionalizado. Consequentemente, as administrações do jornal passaram, doravante, a ser nomeadas pelo governo que, de forma indireta, influenciava a escolha das respetivas direções.

É neste quadro que José Saramago, ainda longe do sucesso internacional que o Nobel lhe haverá de trazer, é convidado para a direção do diário de

um período de quatro anos.

4 Sigla de Movimento das Forças Armadas, responsável pelo golpe que derrubou a ditadura e que foi um dos atores sociais e políticos mais importantes no período pós-25 de abril.

5 A 20 de novembro de 1975, o VI Governo, liderado pelo almirante Pinheiro de Azevedo, decide em Conselho de ministros, suspender a atividade com a justificação de que não estavam reunidas as condições necessárias para garantir a sua normal operacionalidade.

6 Designação dada ao primeiro parlamento eleito por um ano a 25 de abril de 1975, com o objetivo de elaborar a 1ª Constituição. No ano seguinte, na mesma data, realizaram-se novas eleições, agora para

7 O general António de Spínola — Presidente da República entre 25 de abril de 1974 e 28 de setembro — liderou uma tentativa de golpe militar que culminou com a sua fuga para Espanha.

8 Nunca houve da parte dos sucessivos governos pós-25 de abril a intenção de nacionalizar a imprensa. De resto, vários jornais emergiram após as nacionalizações de março de 1975. Apenas os jornais que eram propriedade de empresas ou grupos económicos nacionalizados o foram também. Só em maio de 1991, quando o estado vendeu, na Bolsa de Lisboa, as ações ao Grupo Lusomundo, o *DN* regressou à esfera privada.

maior circulação, à época, com tiragens na ordem dos 100 mil exemplares, por vezes ultrapassando mesmo essa fasquia (Gomes, 2013). Sem experiência como repórter, pois a sua relação com a imprensa — *A Capital, Diário de Lisboa*⁹ — iniciada em 1968, centrara-se na Opinião e na Crónica, Saramago tem a declarada intenção de mobilizar o jornal para o combate político. Em seu entender, o jornalista tem de ser um cidadão social e politicamente comprometido com o PREC¹⁰ e é, justamente, isso que ele vai incutir internamente, praticando um jornalismo de compromisso político, cuja filiação e entendimento que aqui fazemos desse conceito tem como referência e origem a imprensa do período da Revolução Francesa (Rieffel, 2003; Tocqueville, 2001; Jeanneney, 1996; Ferenczi, 1996; Popkin, 1990) e que já tinha sido praticada, em Portugal, após a vitória do constitucionalismo (1836) e nos alvares da I República (Figueira, 2007; Figueiras, 2005; Tengarrinha, 1989).

2. Todo o jornalismo é politicamente comprometido

Marcelo Rebelo de Sousa, em “A Revolução e o nascimento do PPD”¹¹, recorda aquele período dos anos 70 do século passado, para garantir

9 Colaborou, ainda, no emblemático semanário regional *Jornal do Fundão* e, em 1978, no *Extra*. As crónicas publicadas no DL foram mais tarde reunidas em livro, e acerca das quais afirmou um dia que elas “dizem tudo (e provavelmente mais do que a obra que veio depois) aquilo que eu sou como pessoa, como sensibilidade, como perceção das coisas, como entendimento do mundo” (Aguilera, 2010, p.461).

10 Sigla de Processo Revolucionário em Curso, caracterizado pelas nacionalizações, reforma agrária, ação protagonista dos sindicatos e das comissões de trabalhadores, sempre com apoio dos partidos da esquerda e extrema esquerda. Formalmente termina em abril de 1976, com a aprovação da Constituição. Porém, desde 25 de novembro de 1975, fruto da derrota dessas mesmas forças e reforço das posições e influência dos partidos à direita do PCP e das estruturas militares mais próximas dessas correntes, que, na prática, o PREC ficara ferido de morte.

11 Partido Popular Democrático, fundado a 6 de maio de 1974. Posteriormente mudou a designação para PSD (Partido Social Democrata). Tem sido, a par do Partido Socialista, os que mais vezes estiveram no governo nos últimos 44 anos.

que “no Expresso¹² fazia-se, naqueles momentos, mais política partidária do que jornalismo” (2000, p.56). No seu caso, e do fundador do jornal, Pinto Balsemão, eles foram, então e ao mesmo tempo, deputados, subdiretor e diretor, respetivamente. Onde, não é de estranhar que o mesmo Marcelo tivesse escrito que depois de acabado o período do *Expresso*-sede provisória do PPD “estivesse para durar o tempo do *Expresso*-instrumento essencial para o PPD” (2000, p.77).

Em “Os jornais como atores políticos”, Francisco Pinto Balsemão corrobora não apenas as afirmações do seu antigo subdiretor, como assume de forma clara e frontal, reportando-se ao ano de 1975, que “os novos-ricos ideológicos, o PCP e Vasco Gonçalves foram os principais adversários políticos do *Expresso*” (Figueira, 2007, p. 203).

A política e as discussões ideológicas eram a alma da informação jornalística. Tal ambiente contagiava igualmente os jornalistas estrangeiros enviados para cobrir a revolução portuguesa, a maioria deles, como mais tarde haveria de reconhecer o alemão Werner Herzog, mal preparados para abordar e compreender a complexidade das situações a que assistiam (Herzog, 1994).

A experiência pessoal que o repórter Adelino Gomes viveu nessa época e o modo como a conta na primeira pessoa é bem ilustrativa da complexidade, do entusiasmo e da impossível neutralidade e isenção jornalística:

um dia, há uma manifestação para cobrir. O único carro disponível no Rádio Clube Português era um Mercedes do sr. Botelho Moniz, o patrão que já não mandava. Tivemos então de decidir se íamos ou não de Mercedes para

12 Semanário mais influente do país e com as maiores tiragens. O seu diretor e principal acionista, Pinto Balsemão, e o subdiretor (e atual presidente da República de Portugal), Marcelo Rebelo de Sousa, dirigiam o jornal e eram deputados ao mesmo tempo.

a manifestação. Circular em Mercedes caía mal naqueles tempos de austeridade. Concluímos, no entanto, que a reportagem compensava largamente os eventuais equívocos. Somos recebidos com palmas. Digam lá como é que eu, jornalista, poderia fazer uma reportagem independente, objetiva, de uma manifestação onde me aplaudiam? Como seria possível não passar, de imediato, para o lado de quem me aplaude? Todo o processo do 25 de abril foi um pouco isso (Mesquita & Rebelo, 1994, p.215).

Era este o clima predominante do jornalismo daquele tempo. José Saramago, que anos mais tarde afirmará que nunca fora, verdadeiramente, um jornalista (Aguilera, 2010), usou-o como instrumento, quer na orientação da linha editorial, quer nos editoriais que regularmente publicava na 1ª página, num espaço intitulado, “Apontamentos”.

Não foi, todavia, um caso isolado, como observa, a este respeito, Mário Mesquita:

no período revolucionário de 1974-1975 muitos profissionais da Comunicação Social agiram, simultaneamente, como jornalistas e como militantes políticos, vivendo, com dupla inexperiência (jornalística e política), as contradições provocadas por essa dualidade (Mesquita, 1994, p.269).

Isto mesmo é confirmado por Marcelo Rebelo de Sousa, quando afirma que “no *Expresso* fazia-se, naqueles momentos, mais política partidária do que jornalismo” (2000, p. 56). O principal critério no acesso à profissão de jornalista era, aliás, o partidário, independentemente do quadrante político ou ideológico (Mesquita, 1994). Não admira por isso que nas eleições para a Constituinte houvesse, entre os candidatos a deputado, vários jornalistas. Tal como sucedera nos primeiros anos do século XX, durante a I República, em Portugal, o país voltava a ter, no Parlamento e na imprensa, protagonistas que eram simultaneamente

jornalistas e políticos. A tribuna parlamentar e as páginas dos jornais serviam os mesmos fins.

3. Saramago e o “compromisso” com o seu tempo

Se o *DN*, sob orientação de José Saramago, sempre se manteve identificado com as dinâmicas e as posições de Vasco Gonçalves, do MFA e do PCP, o *Expresso*, por seu lado, “vai tentando igualar em tratamento PPD e PS, senão mesmo favorecer claramente o primeiro”, como escreverá 25 anos mais tarde, o então subdiretor Marcelo de Rebelo de Sousa (2000, p. 108).

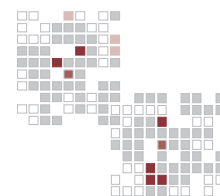
Militante do PCP, Saramago nunca mitigou o seu posicionamento ideológico e a ideia de como este se sobrepunha ao exercício do jornalismo. Anos mais tarde, em janeiro de 1994, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, haveria de afirmar: “o que eu digo é que eu tenho, como cidadão, um compromisso com o meu tempo, com o meu país, com as circunstâncias, digamos, do mundo” (Aguilera, 2010, p. 365). A coerência de vida e de percurso configuram a mesma forma de pensar e de agir. Porque, como ele próprio referiu vezes sem conta e Ubiratan Brasil registou na edição de 20 de março de 2004, do *Estado de S. Paulo*, “O pior jornalista é aquele que se comporta como um camaleão, sempre preparado para mudar de cor conforme o ambiente” (Aguilera, 2010, p. 464).

O *DN* dirigido por ele, nunca mudou de cor e de tom. Como veremos mais à frente, o jornal não se vai inibir de criticar e atacar publicamente o VI Governo e o seu líder, almirante Pinheiro de Azevedo, mantendo-se fiel na defesa da imagem e da ação de Vasco Gonçalves, após ser substituído na chefia governativa.

4. A defesa do “gonçalvismo”

As páginas do *DN*, sempre militantes, elogiavam todas as ações de pendor coletivista e incentivavam o Executivo a prosseguir nesse rumo:

O Governo Provisório mostra, pelo que se vai



vendo, uma militância definitiva. É um Governo definitivamente militante. (...) Mesmo para aqueles para quem a política ainda faça confusão não precisarão que se lhes explique o patriotismo. No fundo, é tudo a mesma coisa: trabalho e sacrifício. Isto é, militância (DN, 15/5/1975, p.1).

A par destes editoriais, que não tinham, de resto, uma frequência diária, o jornal centrava a sua cobertura da atualidade política no ataque frontal aos partidos e forças situadas à direita do PCP, ao mesmo tempo que fazia a defesa e elogio público de Vasco Gonçalves e do MFA, por corporizarem a via para o socialismo que o *DN* propugnava.

Todos esses aspetos estão muito presentes e são claramente visíveis nas páginas do jornal, o que, aliás, apenas confirma o compromisso assumido por Saramago na sua tomada de posse. Assim se percebe que durante os meses do “Verão Quente”, o PCP e o MFA tenham sido as entidades sobre as quais foi feito maior número de notícias — 126 e 108, respetivamente, entre os dias 10 de julho e 20 de setembro de 1975 — e Vasco Gonçalves, que foi alvo de 70 peças jornalísticas, surge destacado como a figura política mais mediatizada pelo *DN*. Sobressai ainda neste aspeto o facto de o nome de Vasco Gonçalves aparecer no título de praticamente o dobro das notícias das segunda e terceira figuras mais mediatizadas: Costa Gomes (36) e Mário Soares (35).

Do ponto de vista quantitativo ressalta, portanto, a ideia de que o PCP, MFA e Vasco Gonçalves foram, respetivamente, o partido, a instituição e a figura que mais vezes foram noticiados e alvo de títulos no *DN*, sempre de forma elogiosa e com grande destaque. Os seus opositores eram alvo de ataques e notícias negativas.

5. “A luta de classes” entre *DN* e *Expresso*

Marcelo Rebelo de Sousa, que mais tarde, ao olhar retrospectivamente para 1975, escreverá que

“o *Expresso* vai ficar isolado no meio da aceleração revolucionária generalizada que nos espera” (2000, p. 194) assumia nas páginas do jornal que dirigia, perante o mesmo acontecimento, perspetivas totalmente opostas às veiculadas pelo *DN*.

O enviado especial do *Humanité Dimanche*, Jacques Frémontier, olha assim para tal disputa: “o *Expresso* (110 mil exemplares em julho, 130 mil em outubro), dirigido por um deputado do PPD faz uma guerra sem tréguas contra o PCP” (1976, p. 134). Em “Portugal — os pontos nos ii”, o jornalista, que era militante do Partido Comunista Francês, contraria, por outro lado, a ideia de o PCP ter dominado a imprensa no período pós-25 de abril, sustentando essa opinião no facto indelével de a soma das tiragens dos jornais alinhados com as posições críticas ao partido liderado por Álvaro Cunhal suplantarem em muito a presença da imprensa comunista. Esta, na verdade, estava limitada a três jornais: *Diário de Notícias*, *O Século*, ambos nacionalizados, e *Diário de Lisboa*.

Todos os títulos, no entanto, independentemente do respetivo quadrante ideológico, praticavam um jornalismo vivo, atuante e empenhado politicamente. “Na confusa batalha de um combate anárquico, os media adquiriram ou construíram um papel simbólico crucial” (Pimlott, & Seaton, 1979 apud Figueira, 2007, p. 59), o que explica a observação do escritor Miguel Torga no seu *Diário* de julho de 1975, quando afirmou que a imprensa daquela época era “a mais contraditória e parcial” (1999, p.1300). Apesar disso, sublinhou ainda, “nunca li tantos jornais juntos na minha vida” (Torga, 1999, p.1300).

É neste contexto de acesa luta ideológica que a imprensa travava diariamente, que se entende e situa a condição de jornalista politicamente empenhado que Saramago sempre assumiu. Em entrevista a Jacques Frémontier, o diretor-adjunto do *DN* revela de forma aberta e frontal aquilo que está em jogo e como ele o interpreta: “estamos em plena luta de classes. É uma batalha de vida ou de



morte entre eles e nós” (Frémontier, 1976, p.135).

O “nós”, entre outros, era o *Expresso* — principal opositor à linha editorial do *DN*. Para aquele semanário, a entrada em funções do V Governo Provisório liderado por Vasco Gonçalves era assim apresentado, em manchete: “«Governo de passagem» tomou posse em Belém” (*Expresso*, 9/08/75, p.1). Para o *DN*, que também deu ao assunto o principal título a toda a largura da 1ª página, o novo Executivo era “Um Governo para enfrentar a crise” (*DN*, 9/08/75, p.1).

A “luta de classes”, na expressão de Saramago, a que os dois jornais davam corpo e alma sobressaía também nas opiniões e interpretações que cada um deles dava à atualidade que noticiavam. Para o *Expresso*, Vasco Gonçalves era como o Chile de Salvador Allende, que “detinha o governo, mas não o poder” (*Expresso*, 9/08/75, p.2), ao passo que nos “Apontamento” da 1ª página, Saramago, embora assumindo que “a crise continua” (*DN*, 9/08/75, p.1) num texto que pressente a precariedade do novo governo, apela, no entanto, para a sobrevivência do processo revolucionário.

O *Expresso* foi mais certo na previsão: cerca de um mês depois, a 19 de setembro, o almirante Pinheiro de Azevedo substituiu no cargo o general Vasco Gonçalves, à frente do VI Governo Provisório. O período do chamado “gonçalvismo” terminara formalmente, mas não nos textos assinados por Saramago, até à sua demissão, em novembro de 1975.

6. Coerente até ao fim

A “luta de classes” entre os dois jornais prosseguiria, de facto, por mais algum tempo. O semanário reforça a sua presença nas bancas, com a publicação de uma edição suplementar à quarta-feira, na ordem dos 150 mil exemplares de tiragem, intitulada *Expresso Extra*. No *DN*, Saramago, mantinha-se fiel aos seus ideais, assumindo claramente de que lado da barricada estava e como ia progressivamente ficando mais isolado:

“Por isso é que somos contra o Centro Democrático Social, vulgo CDS, e contra o PPD e às vezes contra o PS, quando de ser socialista se esquece” (*DN*, 3/10/75, p.1).

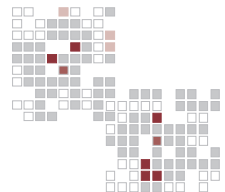
Dos principais partidos com assento parlamentar, apenas os que estavam à esquerda do PS escapavam à voz crítica e acusadora do jornalista, embora seja cada vez mais nítido que o seu compromisso não obedecia à disciplina partidária, mas ao que designava por processo revolucionário corporizado nos princípios inicialmente definidos pelo MFA:

Veja-se por exemplo o nosso caso. De apoiantes incondicionais do MFA (...) viemos, com o tempo, a dar-nos conta de que o mesmo MFA entrara numa espécie de reprodução por cissipacidades, de tal modo que, onde antes houvera um, começámos a ver dois, três, se não quatro...Daqui que resultou? De apoio que tínhamos sido, passaram a considerar-nos rasteira desleal e foco contra-revolucionário (*DN*, 8/10/75, p.1).

Os editoriais de José Saramago vão, à medida que as semanas passam, refletir a viragem política que o governo está a imprimir, o que o faz aumentar a dureza das palavras — “alguém neste país acredita que por este caminho se vai ao socialismo?” (*DN*, 27/10/75, p.1) — e na afirmação inabalável das suas posições políticas e editoriais:

o Diário de Notícias deixou de ser aquele sereno farol de luz fixa e imutável, para ser este outro, apenas imutável e fixo na sua defesa das classes trabalhadoras, da revolução socialista, da vontade popular. Não servimos nem serviremos a outros senhores (*DN*, 3/11/75, p.1).

O instrumento de ação política que Saramago prometeu que o *DN* iria ser, jamais se desviou do caminho anunciado e do rumo que entendia o país deveria seguir. Donde, seja nos ataques ao VI Governo no seu todo — “este Governo



não entende nada do que se passa no País que é suposto governar” (DN, 7/11/75, p.1) —, seja afrontando o líder do Executivo, almirante Pinheiro de Azevedo,

o primeiro-ministro disse que a autoridade que tem está muito longe daquela com que sonhou. Já é mau sonhar com a autoridade, mas o vício do seu projeto governativo torna-se assim mais flagrante (DN, 14/11/75, p.1),

o diretor-adjunto do *Diário de Notícias* manteve-se firme até ao fim na defesa do gonçalvismo e das suas políticas vanguardistas de esquerda. Daí, que mesmo após a saída de cena de Vasco Gonçalves, José Saramago continue a falar dele nos seus editoriais, para minimizar e criticar a ação do seu sucessor e do próprio Partido Socialista.

7. Novo contexto, novos protagonistas

A 25 de novembro, o clima de crescente crispação política e militar que se vinha vivendo, dando origem a rumores e receios de uma possível guerra civil, leva a uma ofensiva dos paraquedistas, que chegam a tomar várias bases aéreas. Vai, todavia, opor-se-lhes um grupo de operacionais militares, entre os quais a unidade de comandos. Os revoltosos, sem os apoios que esperavam ter, recuam, e a sua derrota é a vitória das forças à direita do PCP e o fim do PREC. É declarado o Estado de Sítio na região de Lisboa (vigora até 2 de dezembro), pelo que todos os jornais nacionalizados ficam suspensos. O *DN* apenas regressa à bancas a 22 de dezembro, com nova administração e nova direção e com 14 dos seus jornalistas suspensos e proibidos de entrar nas instalações do jornal. Sinal dos novos tempos e da nova conjuntura política, Victor Cunha Rego, que fora chefe de gabinete de Mário Soares (ministro dos Negócios Estrangeiros, nos I, II, III Governos Provisórios), é nomeado diretor do *DN* e Mário Mesquita (deputado do PS e à data membro da comissão política nacional, de cujo partido é um

dos membros fundadores), é o diretor-adjunto. Aquilo que antes fora visto como um “assalto do Partido Comunista ao jornal, cuja administração foi substituída” (Lemos, 2006, p.265), na sequência dos acontecimentos de 11 de março de 1975 e que leva Saramago (e Luís de Barros) para a direção do *DN*, não é depois entendido com a mesma severidade crítica, quando a nova administração e, sobretudo, a dupla diretiva do jornal está tão intimamente comprometida com a vida e ação do Partido Socialista.

De resto, a conjuntura política que emerge após 25 de novembro de 1975 está longe de ser menos politizada e ideologizada que o quadro sócio-político que a antecedeu. Na mídia estatizada, “sempre que o governo muda, as alterações são feitas segundo critérios políticos e não profissionais” (Balsemão, 1983 p.124). A nova correlação de forças vai, assim, refletir-se, de novo. Poucos dias após aquela data, “150 trabalhadores dos *media* portugueses estatizados (entre os quais muitos jornalistas)” são alvo de “saneamentos ilegais” (Cardoso, 2017, p.16). Todos eles, muitos anos depois, viram os Tribunais dar-lhes razão, tendo recebido os vencimentos, senhas de refeição, promoções e diuturnidades a que tinham direito. “No caso da RTP [Rádio Televisão Portuguesa] os trabalhadores só foram reintegrados, mesmo assim de forma ínvia, quase 11 anos depois” (Cardoso, 2017, p.16).

A história “institucional”, que “reina por exprimir ou legitimar uma política, uma ideologia, um regime” (Ferro, 1994 p.296) explicará, porventura, a quase inexistência de estudos e pesquisas sobre estes factos. Ao invés, abundam análises e relatos sobre o famoso “Caso dos 24 saneados do *DN*” (que passariam a 23), ocorrido em agosto de 1975, que generalizadamente atribuem a Saramago a responsabilidade direta naqueles despedimentos (Gomes, 2014). Embora tratando-se de situações com contornos bastante diferentes, é importante observar a coincidência, no essen-



cial, das versões de Fernando Pires (2012) — que viveu e testemunhou todo o processo dos “24” e que nunca foi militante nem sequer simpatizante do PCP — com a de Saramago, que Aguilera (2008) recupera de um texto publicado, em 1999, pelo antigo diretor-adjunto, no *Jornal de Letras*. Em ambas as versões fica evidente que é da Comissão de Trabalhadores e depois da administração, que sanciona a decisão tomada em plenário do jornal, a principal responsabilidade nos referidos saneamentos e não, como reiteradamente ainda hoje se afirma, de José Saramago.

8. O veto do PCP a Saramago

O jornalista, entretanto demitido, não desfrutava também das graças das cúpulas do PCP, de que era militante, e que ao longo dos anos vem sendo infundadamente acusado de ter colocado o *DN* ao serviço daquele partido. Encontrando-se na condição de desempregado e perante a iminência do lançamento de um novo jornal situado na órbita do PCP, logo houve quem propusesse o seu nome para o dirigir, ideia que, curiosamente, foi rejeitada:

quando após o 25 de novembro, a criação do jornal O Diário colocou a necessidade de se arranjar para ele um diretor prestigiado, houve camaradas na Direção do Partido, entre os quais eu me incluía que, mau grado a crítica que lhe fazíamos, lembrámos o nome de Saramago, reconhecido como bom jornalista, militante que vinha dos tempos da clandestinidade e que tinha sido saneado. Em completo desacordo, Cunhal reagia perguntando: «o quê, o esquerdistista?». E não saía desta. O consenso fez-se depois em torno do nome de Miguel Urbano Rodrigues, prestigiado jornalista também, que vinha do movimento democrático da emigração (Brito, 2010, p.340).

Carlos Brito, autor destas palavras, era à época membro do comité central do PCP e um dos seus mais destacados e históricos membros. Daí,

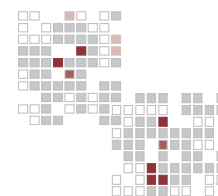
não poder deixar de se relevar a observação “mau grado a crítica que lhe fazíamos”, o que indica claramente que Saramago, embora militante desde os tempos da clandestinidade, não era, como jornalista, uma extensão das vontades e ação do partido. Isso mesmo, de resto, é depois bem vincado quando o líder do PCP inviabilizou a indicação do nome de Saramago para diretor do *Diário*,¹³ apelidando-o de “esquerdista”. E era-o, na perspetiva de Cunhal, porque, em rigor, o diretor-adjunto do *DN* foi, como fez questão de o dizer na sua tomada de posse e a sua prática demonstrou, um defensor incondicional do MFA, do general Vasco Gonçalves e da via socializante para o país. E, claro, das comissões de base, fossem de moradores, trabalhadores ou outros, independentemente da sua filiação e desde que as suas posições fossem concordantes com os princípios do MFA. Estes, sob a liderança de Vasco Gonçalves, foram, para José Saramago, o rumo de que nunca se desviou, mesmo quando por vezes os caminhos trilhados não coincidiam com a vontade do PCP.

Demitido do *DN* e “abandonado” pelo partido para dirigir *O Diário*, Saramago vai viver para uma vila alentejana, onde escreve “Levantado do chão”, obra que conta a saga da família Mau-Tempo desde o fim da monarquia e início da República, até às primeiras ocupações de terras ocorridas em 1974 e 75, em Portugal. Afirmava-se definitivamente como escritor, cumprindo a promessa que fizera de abandonar o jornalismo para se dedicar exclusivamente à ficção.

Conclusão

O jornalismo de compromisso político de José Saramago foi mais ideológico que partidário.

¹³ Jornal que apareceu a 10 de janeiro de 1976, umbilicalmente ligado ao PCP, e que, fruto da viragem política registada a 25 de novembro de 1975, passa a ser o único órgão que assume no plano editorial as principais bandeiras daquele partido, como a Reforma Agrária, as nacionalizações e o mundo sindical, ao mesmo tempo que ataca frontalmente todas as organizações empresariais ou patronais. A 13 de junho de 1990 saiu a sua última edição.



Embora o PCP, de que foi militante até à morte, tivesse sido o partido que mereceu sempre notícias positivas e elogiosas durante os meses em que desempenhou as funções de diretor-adjunto, a verdade é que a linha editorial do jornal e os seus editoriais caracterizaram-se, sobretudo, pelo apoio incondicional ao general Vasco Gonçalves e ao MFA. Mais do que comunista, o DN, sob a direção de Saramago, foi essencialmente, “gonçalvista”, o que não é exatamente a mesma coisa. Só assim se percebem, aliás, as críticas das cúpulas partidárias à sua ação e a falta de confiança do seu líder, Álvaro Cunhal, em aceitar o seu nome para diretor de *O Diário*.

Fica também evidente no jornalismo de compromisso político de Saramago o facto de ele explicar a sua ação no interior da “luta de classes” que a imprensa protagoniza num contexto de impossível neutralidade informativa e noticiosa. A ausência, até 1976, de um código deontológico do jornalismo, aliado ao facto de o exercício cumulativo e simultâneo do jornalismo e da política ser considerado normal, transforma os jornais em tribunas políticas e partidárias. A intenção de manter a mídia como instrumento de ação política e ideológica é, ainda, evidente, com as nomeações e saneamentos ocorridos após

25 de novembro. Resulta claro, finalmente, que o que movia Saramago era a ação política e menos o jornalismo, como resulta de uma declaração feita, em 1980, em entrevista ao *Diário de Lisboa*: *em rigor, não sou jornalista. Nunca o fui. Não é jornalista um homem que não passou pela tarimba, pelos rudimentos da profissão, pelos tribunais, pela polícia, pela reportagem de rua, pela entrevista, pela rotina frustradora, pela excitação de sacar uma notícia primeiro que a concorrência. Entrei para o jornalismo pela porta das administrações, convidado para exercer função de opinante, no caso do Diário de Lisboa, e de diretor-adjunto do Diário de Notícias, com acréscimo da função de editorialista. Com isto não se faz um jornalista, mesmo tendo-me eu sempre esforçado por entender os claros e escuros duma profissão cheia de alçapões”* (Aguilera, 2008, p.79).

É, pois, num quadro de impossível neutralidade jornalística (Mesquita, 1994a) que tem de ser percebida e interpelada a ação de Saramago no DN — maneira intensa e *engagée* de viver e praticar o jornalismo, que Albert Camus definiu um dia como uma forma de “literatura comprometida” (Daniel, 2009, p.41).

BIBLIOGRAFIA

- Aguilera, F.G. (2010). *José Saramago nas suas palavras*. Lisboa: Caminho.
- Aguilera, F.G. (2008). *José Saramago: a consistência dos sonhos: Cronobiografia*. Lisboa: Caminho.
- Balsemão, P. (1983). Democracy and authoritarianism and the role of the media in Portugal, 1974-1975. In K. Maxwell (ed.), *The Press and the rebirth of iberian democracy*, pp.117-125. London: Greenwood.
- Brito, C. (2010). Álvaro Cunhal: sete fôlegos do combatente. Memórias. Lisboa: Edições Nelson de Matos.
- Cádima, F.R. (2001). Os media na revolução (1974-1976). In J. M. B. de Brito (coord.), *O país em revolução* (pp. 321-358). Lisboa: Notícias.
- Cardoso, R. (2017). *O 25 de novembro e os media estatizados. Uma história por contar*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Cerezales, D.P. (2003). Um caso de violência política: o «Verão Quente» de 1975. *Análise social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, XXXVII (165), 1127-1157.
- Correia, J. C. (2008). História do jornalismo em Portugal: o pós-25 de abril. In *Jornalismo, História, teoria e metodologia: Perspectivas luso-brasileiras*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Daniel, J. (2009). *Com Camus: como aprender a resistir*. Lisboa: Círculo de Leitores.

culo de Leitores.

Ferenczi, T. (1996). *L'invention du journalisme en France*. Paris: Petite Bibliothèque Payot.

Ferro, M. (1994). *Falsificações da história*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Figueira, J. (2014). Caso República: A morte de um jornal cansado de lutar. In M. I. Rezola, & P. M. Gomes (Coord.), *A revolução nos média* (pp. 53-78). Lisboa: Tinta da China.

Figueira, J. (2012). *O essencial sobre a imprensa portuguesa (1974-2010)*. Coimbra: Angelus Novus.

Figueira, J. (2007). *Os jornais como actores políticos: O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: Minerva.

Figueiras, R. (2005). *Os comentadores e os média. Os autores das colunas de opinião*. Lisboa: Livros Horizonte.

Frémontier, J. (1976). *Portugal: os pontos nos ii*. Lisboa: Moraes.

Gomes, P.M. (2013). *Os saneamentos políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975*. Lisboa: Alêtheia.

Herzog, W. (1994). A dramatização das agências noticiosas. In M. Mesquita, & J. Rebelo (Orgs.), *O 25 de abril nos média internacionais* (pp. 185-188). Porto: Afrontamento.

Lemos, M. M. (2006). *Jornais diários portugueses do século XX: um dicionário*. Coimbra: Ariadne editora e CEIS20.

Maxwell, K. (1999). *A construção da democracia em Portugal*. Lisboa: Presença.

Mesquita, M. (1994a). Os meios de comunicação social (o universo dos média entre 1974 e 1986). In A. Reis (coord.), *Portugal, 20 anos de democracia* (pp. 360-405). Lisboa: Círculo de Leitores.

Mesquita, M. (1994b). O diálogo intercultural na área do jornalismo. In M. Mesquita, & J. Rebelo (orgs.), *O 25 de abril nos média internacionais* (pp. 269-271). Porto: Afrontamento.

Mesquita, M., & Rebelo, J. (orgs.). (1994). *O 25 de abril nos média internacionais*. Porto: Afrontamento.

Pimlott, B., & Seaton, J. (1979). "Political power and the portuguese media". Intervenção na International Conference Group on Modern Portugal. Durhan, edição policopiada, consultada no Centro de Documentação 25 de Abril (Universidade de Coimbra).

Pinto, P.R. (2013). *Lisbon rising: urban social movements in the por-*

tuguese revolution, 1974-75. UK: Manchester university.

Pires, F. (2015). *Os meus 50 anos no Diário de Notícias*. Lisboa: JM Edições.

Pipkin, J. D. (1990). *Revolutionary news – the press in France (1789-1799)*. London: Duke University Press.

Reis, A. (1994). *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de leitores.

Rieffel, R. (2003). *Sociologia dos média*. Porto Editora.

Santos, B. de S., Cruzeiro, M. M., & Coimbra, M. N. (1997). *O pulsar da revolução: Cronologia da revolução de 25 de abril (1973-1976)*.

Coimbra: Afrontamento ; Documentação 25 de abril da Universidade de Coimbra.

Santos, P.B. (2005). *Igreja católica, Estado e sociedade: 1968-1975: O caso Rádio Renascença*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Seaton, J., & Pimlott, B. (1983). The portuguese media in transition. In K. Maxwell (ed.), *The Press and the rebirth of iberian democracy*, pp.93-115. London: Greenwood.

Sousa, P.D. (2003). *A dramatização da imprensa no "PREC"*. Coimbra: Minerva.

Sousa, M.R. de (2000). *A revolução e o nascimento do PPD*. Lisboa: Bertrand.

Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho.

Tocqueville, A. de (2001). *Da democracia na América*. Cascais: Principia.

Torga, M. (1999). *Diário*. Lisboa: Dom Quixote.

Jornais citados

Diário de Notícias (1975, abril, 10), p.2.

Diário de Notícias (1975, maio, 15), p.1.

Diário de Notícias (1975, agosto, 9), p.1.

Diário de Notícias (1975, outubro, 3), p.1.

Diário de Notícias (1975, outubro, 8), p.1.

Diário de Notícias (1975, outubro, 27), p.1.

Diário de Notícias (1975, novembro, 3), p.1.

Diário de Notícias (1975, novembro, 7), p.1.

Diário de Notícias (1975, novembro, 14), p.1.

Expresso (1975, agosto, 9), p.1.

Expresso (1975, agosto, 9), p.2.

